

Cristovam propõe mobilização nacional

O presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), afirma que é hora de uma campanha nacional em favor da educação. Ele avalia o quadro atual como uma tragédia, com causas culturais, políticas e ideológicas. “Há uma cultura de desprezo pela educação”, diz, apontando para o “funil da perversão”, um quadro elaborado por ele que mostra a imensa evasão escolar desde a matrícula inicial, no ensino fundamental, até a conclusão do ensino médio (veja mais na página 3).

Hoje, para cada dez crianças matriculadas na escola pública, apenas quatro completam o ensino médio. Seis são deixadas para trás. Dessas, 90% entram no ensino superior. Porém, dos que concluem o ensino médio, só 18% têm boa formação. Como consequência, afirma Cristovam, o país sofre com violência, desemprego, desigualdade de renda, baixos salários, ineficiência, atraso científico e tecnológico, dependência econômica, desaglutinação social e pobreza cultural. A tragédia tem grandes números: há no país 20 milhões de analfabetos com mais de 18 anos e 33 milhões de incapazes de ler ou escrever, apesar de terem sido formalmente alfabetizados.

Como presidente da CE, Cristovam elaborou o texto “A Revolução na Educação”, apensado à conclusão do colegiado. O trabalho apresenta o “educacionismo”, com foco na universalização da qualidade do ensino. E propõe soluções (veja o quadro), como a de federalizar a educação fundamental. E dividir o atual Ministério da Educação em dois: o da Educação de Base, atualmente desvalorizada, e o de Ensino Superior, que hoje seria o grande foco da atenção do governo federal.

A avaliação dos professores está entre as sugestões. “Só não se avalia o que não se ama. Todo mundo cobra os erros de um técnico de futebol, mas do professor, não. Um piloto é avaliado a cada seis meses. Um médico tem seus erros cobrados. Mas o professor pode errar, ninguém liga”, diz o senador, para quem os profissionais de educação deveriam receber premiações e punições.

Cristovam considera que injetar mais R\$ 7 bilhões por ano no ensino fundamental revolucionaria o Brasil. “A educação é o principal vetor do progresso. O país tem que dar a todos as mesmas oportunidades, com boa qualidade até o fim do ensino médio”, declara.



Alunos de escola pública de São Paulo participando de campanha contra a violência: o Brasil ainda investe pouco em educação básica

A dívida que o Brasil ainda precisa pagar

Depois de um ciclo de debates sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo governo federal no ano passado, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) elaborou uma série de

propostas para os ensinos infantil, fundamental, médio, superior, especial, a distância e profissionalizante. As sugestões estão em relatórios preparados pelos senadores para cada uma das áreas, e fazem parte de livro que deve ser entregue

ainda este mês ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, e ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O **Jornal do Senado** publica neste encarte as discussões e propostas da CE para o ensino brasileiro.

Sugestões para revolucionar a educação

As propostas do presidente da comissão, que foram apensadas às conclusões

- ✓ Federalizar a educação de base, mas com descentralização gerencial. O MEC se dividiria em Ministério da Educação de Base e Ministério do Ensino Superior.
- ✓ Construir e reformar escolas, iniciando a “revolução” por mil cidades-pólo.
- ✓ Definir padrões nacionais para todas as escolas.
- ✓ Criar a Lei de Metas para a Educação e a Lei de Responsabilidade Educacional.
- ✓ Valorizar, formar e motivar o professor, com piso nacional e uma rede de formação. Criar o Conselho Nacional do Magistério, para definir regras, apoiar e fiscalizar o desempenho dos professores.
- ✓ Modernizar o conteúdo e oferecer na escola atividades culturais e esportivas.
- ✓ Proteger edificações e equipamentos. Tratar como crime hediondo a corrupção no sistema educacional.
- ✓ Universalizar a frequência às aulas até a conclusão do ensino médio, que seria obrigatório e com duração de quatro anos.

- Para isso, criar a poupança-escola.
- ✓ Universalizar o ensino técnico.
- ✓ Envolver a universidade com a educação de base.
- ✓ Substituir o vestibular pelo sistema de avaliação seriada.
- ✓ Erradicar o analfabetismo no Brasil, mobilizando governo e sociedade.
- ✓ Criar o Sistema Nacional de Avaliação e Fiscalização da Educação de Base, um “TCU” da educação, para avaliar o desempenho das escolas e punir os responsáveis por maus resultados. Inspectores federais fiscalizariam as escolas, o aprendizado dos alunos e o desempenho dos professores.
- ✓ Envolver as famílias e a mídia.
- ✓ Instituir um sistema de premiação educacional que estimule alunos, professores, escolas, cidades e estados.
- ✓ Pacto de excelência para um “choque de gestão” no ensino. Criação de escola nacional para gestores educacionais.



Entre as propostas de Cristovam, está a de federalizar a educação fundamental, que teria o mesmo padrão em todos os estados

Comissão pede prioridade para as crianças de até seis anos

A principal proposta da Comissão de Educação (CE) para a educação infantil, que compreende creche (crianças entre zero e três anos) e pré-escola (de quatro a seis anos), é a divisão igualitária dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) entre a educação infantil, o ensino fundamental e o médio.

O relatório dos debates promovidos pela CE destaca que as necessidades dos alunos dessa faixa de idade, no que diz respeito à qualificação dos professores, às instalações e ao material didático-pedagógico, são semelhantes e talvez até maiores que as dos demais estudantes. O uso de materiais pedagógicos variados e a necessidade de mais de um profissional no atendimento a cada classe de alunos, além da importância da alfabetização, foram considerados fortes razões para a equiparação.

O texto aponta para a falta de programas específicos voltados à educação infantil no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação



Jardim de infância em Brasília: Comissão de Educação critica falta de programas específicos para a creche e a pré-escola

(PDE), do Ministério da Educação. A exceção seria o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar

Pública de Educação Infantil (Proinfância), cuja meta de financiar a construção ou melhoria de 400 creches e pré-escolas por ano, porém,

foi considerada irrisória. Para a CE, a educação infantil se beneficia dos outros programas do PDE, mas não tem a devida prioridade.

Municípios se queixam de falta de recursos para construir creches

Nos debates da comissão, a falta de recursos para que os municípios construam creches e pré-escolas foi considerada um dos principais entraves para a inclusão das crianças de zero a três anos no ensino público, já que só depois de construídas é que o Fundeb repassa dinheiro para o custeio das escolas. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) questionou também a distribuição dos recursos do fundo entre os diversos níveis de ensino. Segundo ela, o multiplicador de 0,8 atribuído à educação infantil, um dos menores de todos os níveis (*ver quadro*), mostra que a pressão dos governadores fez com que o ensino médio recebesse mais recursos, já que cabe aos estados oferecer esse nível de ensino.

A senadora classificou ainda de irrisória a meta do Proinfância de financiar a construção ou melhoria de 400 pré-escolas e creches por ano, com o que concordou a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), autora do relatório para a educação infantil. Rosalba lembrou que o país designa os professores menos qualificados para essa faixa etária, quando, a seu ver, a educação infantil exige qualificação de nível superior.

Para Flávio Arns (PT-PR), é preciso mudar o foco quando se fala em recursos, já que a educação pode ter muito dinheiro e não ser boa. Nessa linha, a opinião de Carlos Roberto Rocha Cavalcante, superintendente do Instituto Euvaldo Lodi, da Confederação Nacional da Indústria

(CNI), é de que a aplicação dos recursos públicos em educação básica não tem sido racional em sucessivos governos e de que esse é um problema maior que a falta de dinheiro. Para ele, o Proinfância é uma medida necessária e oportuna, mas é preciso ter racionalidade na aplicação dos recursos.

A maioria dos debatedores defendeu a educação infantil como essencial ao processo educacional. Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil, organismo das Nações Unidas (ONU) para a educação, ressaltou que o respeito aos direitos humanos inclui a garantia de acesso à educação infantil em tempo integral para todas as crianças. Também o representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Manassés Claudino Fonteles, foi enfático: as melhores universidades do mundo dependem da existência de uma escola de formação infantil de qualidade superior.



Flávio Arns lembra que nem sempre mais recursos significam educação de melhor qualidade

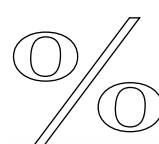
As propostas do PDE

A única ação do PDE específica para a educação infantil é o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que pretende investir R\$ 800 milhões, até 2010, na ampliação e melhoria de creches e pré-escolas. O objetivo é custear até 400 projetos por ano, em três tipos de obras:

- ✓ construção de creches e pré-escolas
- ✓ melhoria da infra-estrutura física
- ✓ reestruturação e aquisição de equipamentos

Para solicitar os recursos, os municípios devem apresentar projetos ao FNDE. Outros programas do PDE que podem beneficiar a educação infantil são:

- ✓ Universidade Aberta do Brasil – criada para oferecer ensino superior a distância a professores em efetivo exercício na educação básica pública
- ✓ Programa de Consolidação das Licenciaturas e Nova Capes – melhoria dos cursos de licenciatura voltados para a formação de professores da educação básica
- ✓ Guia de Tecnologias Educacionais – página do Ministério da Educação na internet que irá divulgar as melhores práticas e métodos para a educação básica
- ✓ piso do magistério – salário mínimo de R\$ 850 irá beneficiar principalmente os professores da educação infantil, que ganham menos
- ✓ transporte, alimentação escolar e programa de manutenção física e pedagógica – criação de linha de crédito e isenção de impostos para a compra de veículos pelos estados e municípios para transporte escolar e extensão dos programas de merenda e manutenção (Dinheiro Direto na Escola) à educação infantil
- ✓ Provinha Brasil – pretende implantar sistema de avaliação do aprendizado das crianças de seis a oito anos



Percentual de crianças matriculadas em creches e pré-escolas

	4 anos		5 e 6 anos	
	1997	1997	1997	2006
Norte	36,1	71,6	73,8	
Nordeste	44,5	69,8	87,6	
Sudeste	35,5	67,3	89,0	
Sul	26,9	60,2	77,4	
Centro-Oeste	25,1	59,2	77,7	
Brasil	36,4	66,6	84,6	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE – 1997. A Pnad 2006 não apresentou os números para a faixa etária de quatro anos

História da Educação no Brasil

1549 – A chegada ao Brasil de seis padres jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, marca o início da educação no Brasil



1554 – É criada a escola jesuíta de São Paulo de Piratininga. O padre José de Anchieta é o primeiro professor

1759 – O marquês de Pombal, ministro de d. José I, expulsa os padres jesuítas do país e paralisa colégios, missões, seminários e escolas elementares. O objetivo da medida era o desenvolvimento da economia portuguesa

1770 – A Reforma Pombalina institui a primeira experiência de ensino promovido pelo Estado na história brasileira. O subsídio literário, imposto colonial, custeia o ensino, constituído de aulas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, e era fiscalizado pelo diretor-geral dos Estudos. A educação passa a ser uma questão de Estado

1808 – Fundada a Escola de Medicina da Bahia

1809 – Fundada a Escola de Medicina do Rio de Janeiro



1810 – D. João VI cria a Real Biblioteca, composta por 60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas trazidos de Portugal. O acervo hoje faz parte da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro

1824 – A primeira Constituição do país determina que a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos

1827 – São criados os cursos de Direito de São Paulo e Olinda

WALDEMAR RODRIGUES

GERALDO MAGELA

História da Educação no Brasil

1835 – Criada uma escola normal em Niterói, a primeira do Brasil

1870 – Fundada em São Paulo, por missionários presbiterianos, a Escola América, precursora do Colégio Mackenzie. Adotando classes mistas, com meninos e meninas, a escola foi visitada pelo imperador dom Pedro II, que, apesar disso, não pôde reconhecê-la, dado que o catolicismo era religião oficial do país

1881 – Missionários metodistas fundam no interior de São Paulo o Colégio Piracicabano, primeira de várias escolas metodistas, que ajudaram a disseminar o chamado “jardim de infância”

1891 – A Constituição estabelece o ensino leigo nas escolas públicas

1901 – Reforma Epitácio Pessoa regula o ensino secundário e a fiscalização dos estabelecimentos de ensino

1925 – Reforma, promovida pelo governo de Artur Bernardes, introduz a cadeira de Instrução Moral e Cívica

1931 – Criado o Conselho Nacional de Educação

1932 – Lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em defesa do ensino público gratuito, laico e obrigatório



1934 – Constituição sob Getúlio Vargas dispõe que a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos – Criada a Universidade de São Paulo (USP), com o lema “Pela ciência vencerás”. Foi a resposta dos paulistas à derrota sofrida na Revolução Constitucionalista

Hora de investir na qualidade das escolas

Considerado “falho” por “repetir velhas fórmulas” e “não priorizar a continuidade” de programas que deram certo em governos anteriores, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi reprovado pelo relator de ensino fundamental da Comissão de Educação, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que vê nele apenas o mérito de definir metas a serem alcançadas até 2022. Dez idéias para dar qualidade e eficiência à educação básica são sugeridas pelo relatório.

Marconi recomenda retomar a meta prevista no Plano Nacional de Educação de atingir 7% do PIB em investimentos na área, com ênfase na responsabilidade da União pela educação básica.

– O Brasil é um dos países, no seu nível de desenvolvimento, que menos investem em educação básica. Estima-se em 4,2% do PIB o investimento em educação, incluindo os realizados por estados e municípios. Dos 18% dos impostos constitucionais de contribuição da União, 75% vão para as universidades federais – informa o relatório de Marconi.

Só mais dinheiro, porém, não basta. Para a CE, é preciso que se adotem, até 2022, patamares nacionais para o ensino fundamental, não apenas para os padrões de construção, equipamentos e informatização da



Alunos de escola estadual em Cuiabá: relatório sobre ensino fundamental apresenta idéias como a padronização das escolas e a avaliação de professores

administração escolar, mas também nos parâmetros curriculares e no piso salarial dos professores.

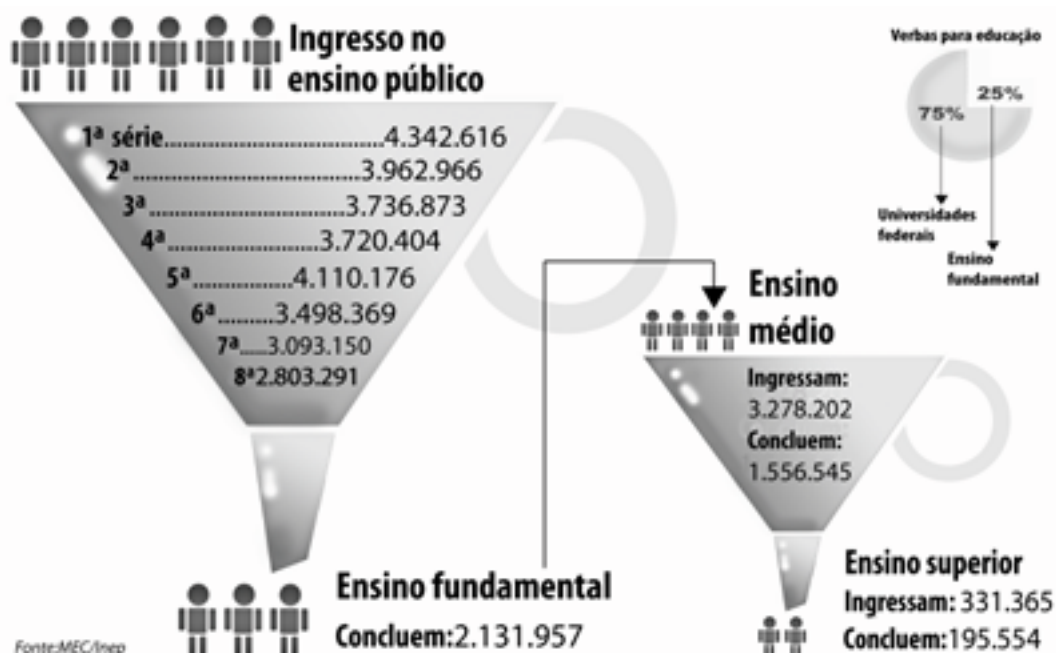
– Essa padronização, além de garantir condições mínimas a todas as escolas, é essencial à implantação do segundo turno escolar e à avaliação comparativa dos resultados de aprendizagem – diz o senador.

Quanto ao salário, o relatório avalia que o valor proposto pelo PDE (R\$ 850) é baixo. Não define um número, mas ressalta que deve equiparar-se aos pisos de outras carreiras públicas de nível superior.

Em contrapartida, crescem as exigências aos professores em relação

à qualificação e ao desempenho. Propõem-se incentivos em planos de carreira, premiações em bolsas de estudo ou até um 14º salário para os professores cujos alunos atingirem ou superarem as metas de aprendizagem definidas pelo Ministério da Educação. A cada cinco anos, os mestres serão reavaliados, tendo acesso a cursos de formação continuada e a licença sabática para aprimoramento. O mesmo vale para os gestores educacionais.

Por fim, incentiva-se a poupança escolar, idéia concretizada pelo senador Cristovam Buarque (PDT) ao governar o Distrito Federal.



“Funil” no ensino público provoca indignação

Representantes dos vários segmentos ligados à educação destacaram seis pontos considerados essenciais para a melhoria do ensino fundamental no país: a priorização de recursos; a profissionalização da gestão da educação, com garantia de recursos; o aumento da carga horária de aula dos alunos; reformulação profunda nos cursos de formação de professores, com a criação da “residência” pedagógica na formação para o magistério; a responsabilização docente por meio da avaliação dos alunos; e um plano de carreira docente atrativo aos jovens.

Sintomaticamente apelidado de “funil da perversão” pelo senador Cristovam Buarque, um quadro com dados de 2005 sobre a educação causou especial indignação durante os

debates promovidos pelo Senado. Os números comprovam a tese de que o preceito constitucional que assegura ensino de qualidade para todos está longe de ser alcançado.

O “funil” mostra que, no ensino público, dos cerca de 4,3 milhões de crianças que ingressaram na primeira série do ensino fundamental, apenas 35,8% chegam a concluir o ensino médio. Na rede privada, o índice quase dobra (63,74%). O gráfico demonstra que a evasão escolar no ensino público vai se registrando de forma impiedosa, série a série, ao longo do ensino fundamental, o que não ocorre nas escolas particulares, onde a queda é residual.

A partir da conclusão do ensino fundamental, a boca do “funil” se torna ainda mais apertada. Cerca de

1,5 milhão de jovens terminaram o ensino médio na rede pública. Mas apenas 195 mil conseguiram um diploma na universidade pública. Detalhe: 75% dos recursos da educação vão para as universidades. Para Cristovam, isso não significa que se deve cortar verbas do ensino superior, mas que se deve aumentar os investimentos no fundamental.

Na avaliação dos especialistas, a universalização do acesso ao ensino já foi alcançada. Resta o passo seguinte: acrescentar qualidade.

– A batalha pelo atendimento quantitativo foi vencida. Chegou a hora de cuidar de sua qualificação – sintetiza Roberto Geraldo de Paiva Dornas, presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem).

Onze medidas para melhorar a educação fundamental

Ações centralizadas no crescimento da qualidade do ensino e no aumento da qualificação e remuneração dos professores destacam-se entre as 11 medidas previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 2007 pelo governo federal. Da criação de um piso salarial nacional para o magistério à implantação de laboratório de informática em todas as escolas, passando por novos instrumentos para aferir a qualidade da rede pública, as metas têm todas como data-limite o ano de 2010.

A proposta do Executivo, na visão do relator na CE para o ensino fundamental, senador Marconi Perillo, está muito aquém das necessidades. Como exemplo, cita o piso salarial nacional dos professores do ensino fundamental, que pelo PDE seria fixado em R\$ 850, para uma jornada de 40 horas semanais. Por ficar muito abaixo dos pisos de outras categorias também de nível superior, o patamar é classificado pelo senador como “prova do descompromisso da União para com a educação básica, mantendo seu compromisso primeiro com o ensino superior, numa clara inversão de prioridades historicamente assumidas na condução da política educacional”.

Em termos de estrutura física, além da garantia de laboratórios de informática para todas as escolas públicas do país, o PDE propõe mobilizar o programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, de modo a dar prioridade às unidades de ensino nos programas de expansão da oferta de energia elétrica. Outra sugestão é a criação do Guia de Tecnologias, um edital elaborado pelo governo para pré-qualificar os materiais e as tecnologias a serem empregados nas várias áreas do sistema educacional. Programas como Caminho da Escola e Proescolar vão financiar a compra de veículos para transporte escolar.

O plano defende a instituição de um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), traçando metas de evolução da qualidade até 2022. A idéia é um crescimento anual médio de seis pontos percentuais no Ideb, mas as escolas que alcançarem desempenho superior receberão 50% de acréscimo no repasse de recursos do programa federal Dinheiro Direto na Escola.

O Provinha Brasil é outro instrumento sugerido pelo PDE, para aferir a alfabetização das crianças entre seis e oito anos. Para os maiores, o PDE propõe a realização de uma Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa, a cada dois anos, para estudantes do quinto e sexto anos.

Desafio é atrair, formar e incentivar bons professores

Nos debates do ciclo sobre a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) na Comissão de Educação (CE), especialistas e representantes de instituições do setor chamaram a atenção para a formação e atualização dos professores do ensino médio. O presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), João Roberto Moreira Alves, sugeriu a criação de um programa de pós-graduação média para os professores em serviço. Ele argumentou que, na maioria dos casos, o profissional extingue sua relação com o estudo após a formatura.

Entre algumas ações envolvendo diretamente os alunos, foram propostas

Ciências exatas têm poucos profissionais

Um dos problemas mais graves enfrentados pelo ensino médio é a carência de professores, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, apontam especialistas. Como solução emergencial, a Comissão de Educação propõe a revisão da legislação para permitir a contratação de professores que sejam formados em quaisquer cursos de graduação e que tenham habilidade específica para ensinar, mesmo sem contar com os cursos de formação de professores no currículo.

Outras sugestões da CE para melhorar a qualidade do ensino médio:

- ✓ implantação de uma quarta série no ensino médio (optativa) com formação profissionalizante;
- ✓ implementação de um programa similar ao de residência médica para professores, no qual os alunos que estejam no último ano do curso de formação e/ou no primeiro ano de formado se submetam a estágio remunerado e supervisionado para aprimoramento das técnicas aprendidas;
- ✓ programas de educação continuada, a distância e presenciais, para atualização de professores;
- ✓ implantação de um sistema de avaliação de desempenho dos professores vinculado a premiações, que podem ser de natureza salarial;
- ✓ gestão democrática da escola, com maior participação da comunidade e adoção de formas participativas de escolha de dirigentes, preservada a competência técnica;
- ✓ descredenciamento de instituições e fechamento de cursos de licenciatura com avaliação negativa.

pelo presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Roberto Geraldo de Paiva Dornas, a inclusão obrigatória de leitura e redação em linguagem padrão em todas as séries da educação básica como conteúdo curricular obrigatório e a criação do quarto ano do ensino médio, destinado exclusivamente à formação profissionalizante ou à preparação para ingresso no ensino superior. Ele sugeriu ainda

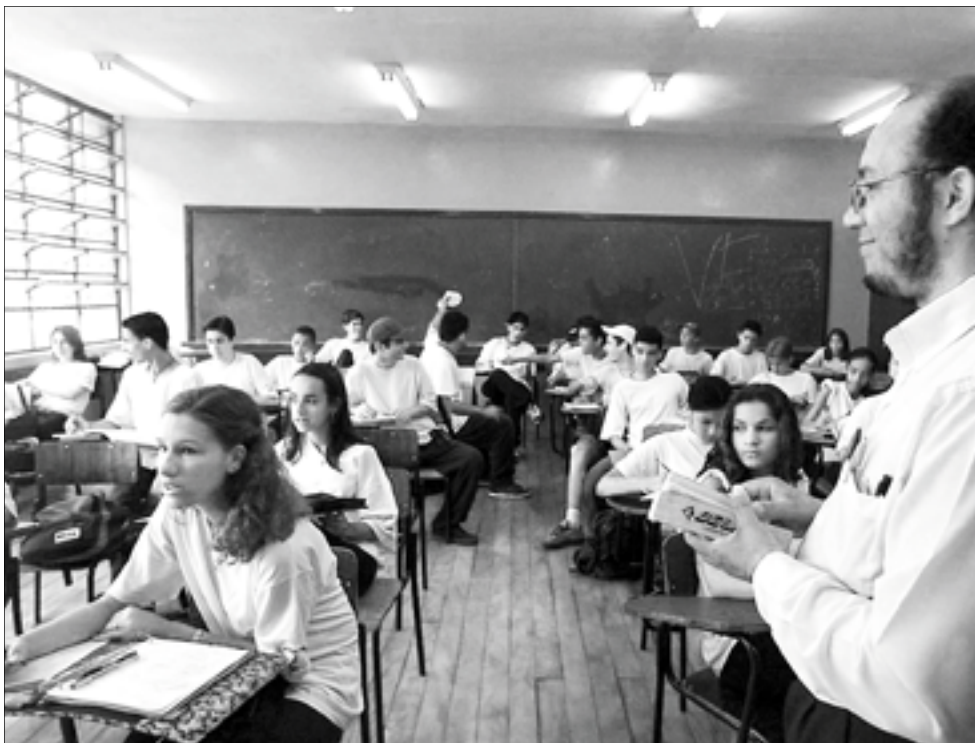
que o valor da Bolsa-Escola – ou outro nome que o benefício receber – cresça para cada série seguinte à que o aluno seja aprovado e que seu pagamento seja condicionado à comprovação de efetiva frequência à escola.

Em documento apresentado à comissão, Mozart Neves Ramos, membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, defendeu um esforço nacional para reduzir as dispari-

dades salariais existentes entre os professores das diversas regiões do país.

Na avaliação de Mozart, corrigir as distorções e promover o mérito e o desempenho docente deverão ser um dos propósitos mais relevantes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Mozart destacou ainda que o Brasil é um dos países que menos pagam a seus professores. Ele citou estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) segundo o qual, no Brasil, o salário médio de um professor em início de carreira é um dos mais baixos entre os 38 países pesquisados.



Turma de ensino médio de escola em São Paulo, em aula de matemática: especialistas propõem a criação de um quarto ano, com formação profissionalizante, para os alunos que assim optarem

PATRICIA SANTOS/FOLHA IMAGEM

Rede pública espera ampliar as bibliotecas

As ações dirigidas à formação de professores são o foco do Plano de Desenvolvimento da Educação para o ensino médio, segundo o relatório setorial da área, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Um dos exemplos seria o Programa

de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid), que pretende distribuir, em 2008, 20 mil bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a estudantes de licenciatura e pedagogia das universidades públicas, para apoiar a formação de professores da educação básica e antecipar o ingresso dos graduandos no ambiente escolar.

A iniciativa será voltada para as áreas de física, química, biologia e matemática, que têm maior carência desses profissionais. As universidades e secretarias devem apresentar à Capes projetos que reforcem e ampliem os conteúdos desenvolvidos em sala de aula. A intenção é ter aulas inovadoras e que orientem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem.

Outro destaque é o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio, que deve disponibilizar a mais de 7,7 milhões de alunos, de 17 mil escolas, das redes públicas do ensino médio o acesso a obras literárias em suas escolas. Para selecionar os livros, foi firmada parceria com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A instituição do piso salarial na educação básica em R\$ 850 para jornada de 40 horas semanais é outra iniciativa do PDE. No entanto, a relatora avalia que, para o ensino médio, esse valor – que tem a previsão de ser integralizado apenas em 2010 – terá efeito limitado, pois a maioria dos profissionais da área tem nível superior e recebe salários relativamente mais elevados.

O valor do contracheque

Remuneração anual de professores no começo e no topo da carreira do magistério no ensino médio em vários países (em dólares)

País	Remuneração inicial/ano	Remuneração no topo/ano
Alemanha	35.546	49.445
Coréia do Sul	23.613	62.135
Estados Unidos	25.405	44.394
Espanha	29.058	43.100
Finlândia	21.047	31.325
França	21.918	41.537
Inglaterra	19.999	33.540
Portugal	18.751	50.061
Argentina	15.789	26.759
Chile	14.644	19.597
Malásia	13.575	29.822
Brasil	12.598	18.556

Fonte: documento "Escassez de professores do ensino médio: soluções emergenciais e estruturais", de Antonio Ibañez Ruiz, Mozart Neves Ramos e Murlilio Hingel



História da Educação no Brasil

1937 – A nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Retira do texto que "a educação é direito de todos" – Criada a União Nacional dos Estudantes (UNE)

1942 – Reforma Capanema, do governo Vargas, institui um primeiro ciclo de quatro anos de duração (ginásial) e um segundo ciclo de três anos (clássico ou científico)

1945 – Criado o Instituto Rio Branco, destinado a formar pessoal para a carreira diplomática

1946 – A nova Constituição torna obrigatório o ensino primário e diz que "a educação é direito de todos". E prevê a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que seria aprovada em 1961 pelo Congresso e fixou diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus

1948 – Criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

REPRODUÇÃO



1950 – O educador Anísio Teixeira inaugura em Salvador o Centro Popular de Educação, com escola-classe e escola-parque, projeto de educação profissionalizante e em tempo integral

1953 – Antigo Ministério da Educação e Saúde é desmembrado e nasce o Ministério da Educação e Cultura

1959 – Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, lança o programa Nenhuma Criança Sem Escola, de educação pública e gratuita, para alunos entre sete e 14 anos. Os prédios ficam conhecidos como "escolas de madeira", devido ao material utilizado, e "brizoletas"

História da Educação no Brasil

1961 – Surgem os centros populares de cultura (CPCs), ligados à UNE, para levar teatro, cinema, artes plásticas e literatura ao povo

1964 – Governo João Goulart cria o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Orientado pela proposta pedagógica do educador Paulo Freire, a alfabetização deveria partir da análise crítica da realidade do aluno.



REPRODUÇÃO

– Com o golpe militar, o antropólogo Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira são cassados; Paulo Freire é preso e exilado. UNE é colocada na ilegalidade

– Assinados convênios entre o MEC e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid, na sigla em inglês) para replanejar o ensino no Brasil e priorizar a formação de mão-de-obra

1966 – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército criam o Projeto Rondon, que leva estudantes universitários ao interior do país para realização de trabalho voluntário em comunidades carentes

1967 – Constituição federal imposta pelo regime militar mantém artigo da Carta anterior segundo o qual “a educação é direito de todos”, assentando-se sobre os “ideais de liberdade e de solidariedade humana”. O texto acrescenta o “princípio da unidade nacional”



REPRODUÇÃO

– Instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) para erradicar o analfabetismo entre os jovens e os adultos em dez anos



ANA VOLPE/FELICRR

Aula na Universidade de Brasília: relatores expressam preocupação com a qualidade do ensino superior no Brasil

Olhar crítico sobre a universidade brasileira

Embora preveja algumas ações já em vigor e reapresente programas antigos para o ensino superior, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – lançado em abril de 2007 pelo presidente da República – contém medidas promissoras, concluiu Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), responsável pelo relatório sobre ensino superior nos quesitos ensino e extensão. Já no que se refere aos temas da pesquisa e formação na educação superior, o relator Marco Maciel (DEM-PE) avaliou que o PDE, “incipiente e incompleto em face de demandas históricas e atuais da sociedade brasileira”, contempla parcialmente as idéias apresentadas no ciclo de audiências públicas promovidas pela Comissão de Educação (CE).

O nível superior de ensino não é o foco principal do PDE e a maioria de suas propostas são voltadas para as demandas da educação básica. No entanto, os debates na CE permitiram que a comissão apontasse idéias capazes de suscitar propostas e ações do Poder Executivo.

✓ O PDE foi lançado de forma unilateral. A falta de discussão com a sociedade não é a maneira

mais adequada de tratar a educação. “O exemplo sobre a gestão democrática do ensino precisa vir de cima”, afirma Valadares em seu relatório.

✓ A formação e desenvolvimento de competências em pesquisa exigem políticas públicas voltadas para a migração interna de cientistas – transferência de pesquisadores dos grandes centros para as universidades periféricas.

✓ Para superar a carência de mestres e doutores, a distribuição de bolsas deve ser feita uniformemente no país, aproveitando inclusive professores aposentados com potencial de continuar atuando em docência e pesquisa.

✓ Com o objetivo de ampliar o papel das instituições públicas de ensino superior na formação de professores qualificados para o ensino fundamental e médio, uma das sugestões é a concessão de bolsas para estudantes de licenciatura.

✓ O PDE é omissivo em relação a instituições e cursos de licenciatura com avaliação negativa do Ministério da Educação. Nesses casos, a comissão propõe o descredenciamento.

✓ Como forma de otimizar os recursos, os senadores propõem uma diversificação das instituições públicas de ensino superior, permitindo-se a coexistência de instituições profissionalizantes e de formação geral; uma reestruturação da graduação, substituindo os departamentos por ciclos de fundamentação e profissionalização; uma revisão urgente dos currículos. No caso da pesquisa, a comissão propõe parceria entre universidades de uma mesma região e parceria entre poder público e iniciativa privada, para utilização compartilhada de equipamentos e instalações.

✓ Aprimoramento do programa Universidade para Todos (ProUni), com flexibilização do critério universal de renda; prioridade à formação de professores para educação básica; estabelecimento de indicadores de ingresso e permanência; instituição de mecanismo para impedir desperdício de vagas, entre outras medidas.

Os dois relatores concordaram ainda em sugerir tramitação preferencial no Congresso para as mais de 80 propostas parlamentares referentes ao ensino superior.

Avaliação de professores pode se dar pelo desempenho dos alunos

Uma questão polêmica, a avaliação dos professores, foi abordada por Antônio Carlos Valadares. “Dadas as resistências culturais e sistêmicas, estimou-se que a avaliação docente não deveria ser realizada diretamente com os docentes, mas pelo desempenho dos alunos.”

O problema da qualidade do ensino superior nacional e de sua conexão com os outros níveis de ensino esteve no centro dos debates da CE. Segundo Manassés Claudino Fonteles, reitor da Universidade Mackenzie, que participou das discussões como representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), o país tem 160 universidades de nível razoável, mas apenas 60 realizam pesquisa de qualidade.

Incluindo as universidades brasileiras em rankings internacionais, somente três estão entre as 500 melhores do mundo, duas de São Paulo e uma do Rio de Janeiro, conforme

Fonteles. Além dessas, o país contaria com dez ou 12 universidades de ponta em termos de formação, mas sem maior distinção no que se refere a publicações científicas.

O quadro, apontam os especialistas, é complexo e irregular, marcado por grandes disparidades regionais, e o sistema não incentiva o deslocamento de professores e pesquisadores para regiões deles carentes. Para Fonteles, é preciso promover a migração interna de especialistas, para descentralizar e interiorizar a oferta de educação superior.

A formação de professores para o ensino fundamental e médio foi vinculada, nos debates, à crise das licenciaturas. Além de afugentar estudantes talentosos, o desprestígio da profissão originou índices elevados de evasão nos cursos de licenciatura. O déficit estimado é de 250 mil professores no ensino médio, em especial em matemática, física, química e biologia.



Apenas **3** universidades brasileiras estão entre as **500** melhores do mundo

O déficit nos cursos de licenciatura no país é de **250 mil** alunos

R\$ 1.130 é o novo valor das bolsas de mestrado da Capes. Bolsas de doutorado, **R\$ 1620**.

Valadares e Marco Maciel elogiam programas

O Plano de Desenvolvimento da Educação, de modo geral, “indica aspectos relevantes para se obter uma educação de qualidade”, avalia Antônio Carlos Valadares em seu relatório. O mesmo ocorre em relação às estratégias para pesquisa e formação, sendo que o conjunto do ensino superior depende de um salto na qualidade da educação básica, completa Marco Maciel. O PDE estabelece para o ensino superior:

✓ O Programa Nacional de Pós-Doutorado – para formar doutores em áreas estratégicas de pesquisa relacionadas à política industrial, tecnológica e de comércio exterior – será desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O objetivo é evitar a “evasão de cérebros” e, ao longo de cinco anos, distribuir 1.500 bolsas no valor inicial de R\$ 3.300.

✓ O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) é integrado por instituições públicas federais de educação superior, que, em parceria com estados e municípios, desenvolvem ensino superior a distância. Professores de educação básica podem se capacitar por meio da UAB. O sistema também deve formar novos docentes e garantir formação continuada a quase 2 milhões de professores. A UAB é gerida pela Capes.

✓ O Prodocência (Programa de Consolidação das Licenciaturas) é voltado para licenciatura e financia projetos de novas metodologias de ensino, acompanhamento e avaliação de cursos.

✓ O Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid) deve distribuir, em 2008, 20 mil bolsas da Capes a estudantes de licenciatura das universidades públicas.

✓ O Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) é oferecido por 1.370 instituições de ensino superior e beneficia quase 400 mil estudantes. As atuais regras permitem financiar até 100% da mensalidade, tanto dos cursos de graduação quanto de mestrado e doutorado.

✓ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) deve ampliar o acesso e a permanência na educação superior, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das universidades federais. Os investimentos para o Reuni até 2011, considerando a hipótese de participação de todas as universidades federais, chegam a R\$ 2 bilhões.

Pessoas com deficiência: relator pede mais do que boas intenções

Direito básico de todos os brasileiros, somente há poucos anos a educação tornou-se uma realidade para as pessoas com deficiência. Apesar de a primeira unidade direcionada a este público datar de 1854, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, a massificação de escolas para crianças e jovens com deficiências começou a partir de 1980. Em 1998, havia 337,3 mil alunos com necessidades educacionais especiais matriculados. Em 2006, esse número saltou para 700,6 mil, ou seja, uma diferença de 107,6%, conforme levantamento do censo escolar feito pelo Ministério da Educação (MEC).

São muitos os conceitos de necessidades educacionais especiais, mas no geral incluem-se na lista pessoas com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, que apresentem dificuldades de aprendizagem ou até que tenham talentos especiais, entre outras. Segundo o senador Flávio Arns (PT-PR), relator setorial de Educação Especial do Ciclo de Audiências Públicas na Comissão de Educação, "cabe aos sistemas educacionais reconhecer as diferenças e dar a todos que apresentam necessidades educacionais - incluindo crianças, jovens e adultos - oportunidade e condições de acesso aos bens culturais e ao saber".

E foi a educação que assegurou a primeira proteção constitucional a pessoas com deficiência, por meio de emendas à Constituição de 1967. A atual Carta Magna confere em seu artigo 208, inciso III, a garantia de "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

O Plano de Desenvolvimento da Educação, afirma Flávio Arns, garante que, quando não for possível inserir o aluno na rede regular de ensino, em razão de suas necessidades específicas, a ele será assegurado atendimento em classe e escolas especializadas. Contudo, a nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do MEC, determina que não poderão mais serem criadas escolas especiais e as que já existem devem ser transformadas em centros de atendimento.

- Essas medidas vão na contramão do desafio histórico vencido pela sociedade civil organizada, que supriu um dever do Estado e tornou o país referência mundial no atendimento da pessoa com deficiência - disse Arns, pedindo ao MEC que reconsidere a decisão.

De maneira geral, avalia o relator, "as políticas e os recursos previstos para a educação especial estão muito longe de universalizar o direito fundamental à educação para as pessoas com deficiência".

- O simples ato de incluí-las nas políticas emergentes não significa que sejam prioridades - conclui.



Fernanda (E), com síndrome de Down, e sua colega na escola regular: número de alunos com deficiência dobrou desde 1998

Arns cobra universalização da educação especial

Apesar das mudanças significativas na inserção das pessoas com deficiência em unidades educacionais de todo o país, ainda há muito para avançar, apontam os especialistas. Para dar fim à exclusão dessas crianças e desses jovens das salas de aula, regulares ou especiais, uma série de propostas foram apresentadas no relatório do senador Flávio Arns. Veja o que precisa ser feito:

- ✓ Elaboração de um plano efetivo de governo integrado ao projeto de Educação para Todos, com incentivos para o acesso e a permanência na escola, com o objetivo de corrigir a dívida social e de universalizar a educação de pessoas com deficiência. Muitos acabam deixando as escolas pelas dificuldades que encontram no sistema, como falta de currículo adequado às suas necessidades.

- ✓ Definição de aportes financeiros para investimentos efetivos na adequação física (acessibilidade) de todas as instituições escolares de ensino, ou seja, melhora dos orçamentos para a educação especial.
- ✓ Organização de um grupo de professores, técnicos e estudiosos da área para a elaboração de estudo sobre as deficiências e respectivas necessidades, visando orientar a organização de ações educacionais que respondam de forma efetiva às necessidades desses educandos.
- ✓ Realização de convênios com universidades para promoção de pesquisas sobre as necessidades específicas das pessoas com deficiência (como cadeiras mais confortáveis) e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem, com vistas à orientação de políticas e ações na capacitação e orientação

de professores para atuar nos sistemas de ensino.

- ✓ Com base nos estudos e nas definições sobre o assunto, preparar instrumento de coleta de dados com informações pessoais, sociais e sobre a deficiência para o cadastramento dessas pessoas no Brasil. Ressalta-se que cada pessoa cadastrada receberá um número, que será a referência de identificação para qualquer benefício ou necessidade em razão da deficiência, bem como acompanhamento e controle de sua evolução escolar e social.
- ✓ Campanhas sistemáticas sobre os direitos das pessoas com deficiência e respectivos provimentos pelo poder público, como matrícula em todos os níveis de ensino, principalmente na educação infantil, apoios educacionais, programas especializados, entre outros direitos.

Impossível ignorar

População com deficiência:
24.600.256

População de 0 a 17 anos com deficiência:
2.850.604

0 a 4 anos: **370.530**

5 a 9 anos: **707.763**

10 a 14 anos: **1.083.039**

15 a 17 anos: **689.272**

18 a 24 anos: **1.682.760**

Fonte: Censo Demográfico/IBGE/2000

Matriculados com necessidades especiais

Entre 1998 e 2006, houve crescimento de 107,6% no total das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais.

Entre 1998 e 2006, houve crescimento de 107,6% no total das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais.

Fonte: Censo Escolar (MEC/INEP)

Meta é formar mais professores

Formação e capacitação de professores, implantação de salas com materiais e equipamentos adequados para o atendimento das necessidades educacionais dos alunos com deficiência, promoção da acessibilidade no ensino superior e acompanhamento dos que são atendidos pelo Benefício da Prestação Continuada (BPC) são as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação especial.

O Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial implanta a política para o atendimento educacional especializado e prepara as unidades escolares para o desenvolvimento de práticas inclusivas nas redes públicas de ensino.

A formação dos profissionais tem de ser realizada nas áreas de deficiência mental, física, sensorial e altas habilidades/superdotação, no Sistema Braille, na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e nas Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação Especial.

Cerca de 33 mil professores deve-

ram ser capacitados por meio de multiplicadores de cem municípios.

O PDE prevê ainda a criação de salas adaptadas para a educação especial, com televisão, computadores, DVDs e materiais didáticos específicos. Já foram entregues 626 unidades.

Outra meta é acompanhar os alunos inseridos no BPC, que prioriza crianças e jovens de zero a 18 anos. O BPC garante benefício mensal de um salário mínimo para pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e para a vida independente.

Pelo número de beneficiários, serão criadas ações de prevenção e promoção da saúde, serviços socioassistenciais e acessibilidade nas escolas.

Por último, o Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior irá fomentar a implantação e consolidação de núcleos nas universidades federais, com ações que possam garantir o pleno acesso das pessoas com deficiência a essas instituições.

História da Educação no Brasil

1971 - Anísio Teixeira é encontrado morto no fosso do elevador do prédio do filólogo Aurélio Buarque de Holanda. A família do educador suspeita de assassinato - Promulgada a Lei 5.692, que regulamenta o ensino de 1º e 2º graus. Obrigatoriedade escolar passa de quatro para oito anos - o antigo primário é aglutinado com o ginasial - e suprime-se o exame de admissão. É criada a escola única profissionalizante - Decreto 68.908, sobre o vestibular, fixa as condições para o ingresso na universidade

1978 - MEC institui o ensino de Moral e Cívica, nos cursos de 1º e 2º graus, e de Estudos de Problemas Brasileiros, nos cursos superiores

1982 - A educadora Esther de Figueiredo Ferraz assume o MEC. É a primeira mulher a assumir um cargo de ministro no Brasil



1983 - No governo de Leonel Brizola e sob orientação do antropólogo e educador Darcy Ribeiro, criam-se no estado do Rio de Janeiro os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), escolas de educação integral inspiradas nas ideias de Anísio Teixeira

1985 - Mobral é extinto. Cria-se o Projeto Educar, que se preocupa com a pós-alfabetização

1988 - A "Constituição cidadã" lista a educação em primeiro lugar entre os direitos sociais a serem assegurados pelo Estado, e determina que a União invista pelo menos 18% e os estados, Distrito Federal e municípios 25%, no mínimo, da receita total de impostos

História
da Educação
no Brasil

1990 – Governo Fernando Collor de Mello lança os Centros de Atenção Integral à Criança e aos Adolescentes (Caics), inspirados nos Cieps de Brizola – Criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio

1992 – As disciplinas de OSPB e EPB deixam de ser obrigatórias

1995 – Universidade de Brasília (UnB) cria o Programa de Avaliação Seriada (PAS), em substituição ao vestibular – Governo Fernando Henrique cria o Exame Nacional de Cursos (ENC), de avaliação de alunos formados nos cursos superiores



– Governador Cristovam Buarque cria no Distrito Federal o Bolsa Escola, benefício mensal de um salário mínimo para famílias de baixa renda que comprovem a frequência de crianças na escola

1996 – Sancionada nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que muda os nomes das etapas de ensino para básico – que inclui a educação infantil, fundamental e médio – e superior. Também exige formação superior para professores de todas as séries do ensino fundamental – Criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), constituído por 15% do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), entre outros impostos. Recursos são distribuídos a estados e municípios proporcionalmente às matrículas escolares

Plano prevê todas as escolas conectadas

Uma série de medidas de fomento à educação a distância (EAD) estão previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), editado em 2007 no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal. Essas iniciativas são consideradas satisfatórias pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG) em seu relatório sobre o tema. Veja a seguir as propostas incluídas no PDE para o ensino a distância:

✓ formação e capacitação de professores por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A meta é formar dois milhões de professores, em mil pólos de EAD, os quais deverão ser instalados num ritmo de 150 pólos por ano;

✓ implantação de laboratórios de informática: em todas as escolas de ensino médio em 2007; nas escolas urbanas e rurais de 5ª a 8ª séries ao longo do biênio 2007-2008; em todas as escolas públicas de ensino fundamental e médio, urbanas e rurais, de 2009 a 2010 (em número de estabelecimentos, previa-se o atendimento de 130 mil escolas públicas de ensino básico até 2010);

✓ conexão das escolas públicas de ensino médio com a rede mundial de computadores (internet), em todos os municípios



Pólo de educação a distância da Universidade Aberta do Brasil na cidade de Bom Jesus, no Rio de Janeiro: governo pretende formar dois milhões de professores

brasileiros;

✓ implantação de conectividade nas escolas de ensino médio, urbanas e rurais, a partir do programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac). A meta é implantar 20 mil pontos do Gesac para inclusão digital de escolas públicas de ensino médio e outras entidades;

✓ produção de conteúdo digital multimídia, visando à construção de portal do professor. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) é o responsável pela contratação desse conteúdo, alcançando cinco matérias do ensino médio, com quinhentas horas de programação;

✓ criação de certificação digital, a ser concedida a servidores e gestores públicos estaduais e municipais, para tratamento eletrônico de informações dos sistemas de acompanhamento do Programa Bolsa Família, do Censo Escolar (EducaCenso), de convênios e prestação de contas ao MEC;

✓ implantação da educação profissional a distância no ensino médio, por meio de programa a ser desenvolvido em parceria com escolas públicas estaduais, preferencialmente as situadas na periferia de regiões metropolitanas. Meta de atendimento: 100 mil alunos por ano.

Tão longe, tão perto

Os resultados do Censo da Educação Superior de 2006 mostram um grande crescimento do ensino a distância. Houve aumento de 571% no número de cursos e de 315% nas matrículas entre 2003 e 2006. Os alunos de ensino a distância representavam 2,6% dos estudantes em 2005, participação que passou a ser de 4,4% no ano seguinte. Veja os números atualizados.

Tipo de curso	Quantidade de Cursos (em 5 de março de 2008)		
	Total	Presenciais	A Distância
GRADUAÇÃO	27.764	27.285	479
SEQÜENCIAL*	1.498	1.472	26
Total geral	29.262	28.757	505

*O curso seqüencial também é de nível superior, porém mais rápido, com foco bem definido e sem caráter de graduação. O seqüencial pode ser feito antes, durante ou depois de um outro curso de graduação

Fonte: MEC/INEP



Projetos sobre o tema tramitam no Senado

O relatório do senador Wellington Salgado sobre a educação a distância afirma que o PDE responde satisfatoriamente às demandas da sociedade. Mas lembra que seguem em tramitação no Senado algumas matérias integrantes do plano governamental.

Um exemplo é o projeto de lei da Câmara (PLC 78), de 2007, do Poder Executivo, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para dispor sobre a formação e a capacitação dos profissionais de magistério. O projeto incentiva o ensino a distância, nos termos do parágrafo 2º do artigo 62: “A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância”.

A propósito, a Lei 11.502, de 2007, que reestruturou a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), já tratara do assunto, estabelecendo no artigo 2º que, “na formação inicial de profissionais do magistério, dar-se-á preferência ao ensino presencial, conjugado com o uso de recursos e tecnologias de educação a distância; (...) na formação continuada de profissionais do magistério, utilizar-se-ão, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância”.

Já o projeto de lei (PLS 118/04) do senador Hélio Costa (atualmente ministro das Comunicações), altera a Lei 9.394, de 1996, para assegurar a realização de aulas presenciais periódicas nos cursos de educação a distância. Trata-se, segundo o relatório de Wellington Salgado, de

proposição mais abrangente, mas que confere à educação a distância tratamento oposto às preocupações das instituições de ensino superior privadas atuantes na área.

O relatório destaca que se percebe, seja nas propostas, seja nas mudanças na legislação já aprovadas, a importância que essa modalidade de ensino tende a assumir nas políticas de governo e nas estratégias das instituições de ensino. No mais, destaca o texto, “há de se insistir na sensibilização do Ministério da Educação e dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto à necessidade de flexibilizar a regulação da EAD, sem prejuízo dos controles afetos à qualidade dos diversos programas oferecidos pelo conjunto de instituições atuantes na área”.

“Não dá mais para jogar a culpa nos portugueses”

O presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), Fredric Michael Litto, fez duras críticas ao modelo educacional do país em audiência pública realizada na Comissão de Educação. Ele ressaltou que a educação brasileira se caracteriza “por uma política de tutela e paternalismo”. Esse modelo, segundo ele, torna inviável a expansão e o desenvolvimento da educação no Brasil, inclusive do ensino a distância, por meio de tecnologias como internet e videoconferência.

Litto criticou ainda o Ministério da Educação, afirmando que os consultores do órgão “agem como rolos compressores, esmagando a criatividade”. Para ele, o MEC continua avocando a si a competência e a prerrogativa de aprovar as ações das instituições de ensino, chamando isso de autonomia supervisionada.

– O legado colonial português, que não deu importância à educação e à ciência, é a causa dos problemas da educação neste país. Temos que introduzir uma nova disciplina no ensino médio, dentro do pensamento sistêmico, que é para saber como estudar o futuro, como analisar tendências. Se tivéssemos tido isso, não estaríamos enfrentando tantos problemas com infra-estrutura nos aeroportos, escolas etc. – assinalou.

O presidente da CE, senador Cristovam Buarque, afirmou que, embora tenha lógica a argumentação sobre a herança portuguesa, já faz bastante tempo que o país ficou independente.

– Não dá mais para jogar a culpa nos pobres dos portugueses. Já deu tempo de nos livrarmos dessa herança – avaliou o parlamentar.

Como exemplo de sucesso no ensino a distância, os debatedores citaram na Comissão de Educação casos como o do Telecurso, da Rede Globo, que atende brasileiros residentes até no Japão. Na educação básica pública, foi destacada a iniciativa do MEC de fornecer computadores e internet às escolas.

A criação recente do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi comemorada por apontar para a expansão da educação a distância. As ações da UAB serão coordenadas pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que teve sua área de atuação ampliada pela Lei 11.502, de 2007. A norma modificou as competências e a estrutura organizacional da Capes para incumbir também da formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

Ensino médio pode garantir acesso ao mercado de trabalho

As propostas discutidas na Comissão de Educação para o ensino profissionalizante visam assegurar o acesso ao mercado de trabalho e a profissionalização aos estudantes não vocacionados ou impedidos de cursar uma universidade. Uma das sugestões é o aproveitamento das escolas de ensino médio para abrigar cursos profissionalizantes. Medidas nessa direção eliminariam a espera de recursos para a construção de escolas técnicas e viabilizariam cursos de menor custo. A comissão também sugeriu:

- ✓ atualização do aprendizado profissional: criar vínculo permanente dos ex-estudantes com as instituições de ensino, para garantir a requalificação permanente do trabalhador;
- ✓ currículo eficaz: é preciso saber como realizar a tarefa de profissionalização e em quais áreas serão oferecidas vagas;
- ✓ implantação de um quarto ano no ensino médio: a medida tem a ver com o momento em que será iniciada a profissionalização;
- ✓ aperfeiçoar a legislação sobre o menor-aprendiz: as leis atuais desestimulam as empresas a contratar menores. Há tantas imposições e restrições na lei que o trabalho dos menores torna-se indesejável;
- ✓ superar a crença de que só se resolve o problema de educação profissional por meio da escola tradicional;
- ✓ criação de unidades específicas nas diversas esferas de governo, a exemplo do que ocorre no Ministério da Educação: é isso que permitirá que políticas para o setor sejam desenvolvidas em face de suas especificidades e peculiaridades, sem perder de vista a articulação com as áreas afins.



Os cursos do Senai e os centros federais de educação tecnológica são bons exemplos de escolas profissionalizantes

Plano prevê centros de excelência em tecnologia

Lançado em abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) prevê três ações no âmbito da educação profissional. A primeira é a criação de institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Ifets), que servirão de modelo para reorganizar as instituições federais de educação profissional e tecnológica. Os Ifets atuarão na educação básica, profissional e superior, e devem ser constituídos a partir da integração dos centros federais de educação tecnológica (Cefets) e das escolas técnicas e agrotécnicas federais.

Os objetivos dos Ifets são: ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis, sobretudo médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a

economia local; e estimular o empreendedorismo e o cooperativismo.

Conforme o plano do governo, os Ifets devem constituir-se em centros de excelência no ensino de ciências; qualificar-se como centros de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; e oferecer programas especiais de formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática.

O Ministério da Educação já lançou chamada pública para criação de Ifets. Metade das vagas oferecidas será em cursos técnicos de nível médio. Na educação superior, haverá destaque para cursos de licenciatura em Física, Química,

Matemática e Biologia. Também serão incentivadas as licenciaturas para formação de professores de mecânica, eletricidade e informática. A implantação dos institutos pretende triplicar o número de alunos matriculados na educação profissional e tecnológica.

A segunda ação prevê a criação de uma rede de educação profissional e tecnológica a distância, em escolas das redes públicas municipais e estaduais, com o objetivo de triplicar o número de alunos matriculados. A terceira ação refere-se a mudanças, por meio de projeto de lei, da Lei de Diretrizes e Bases. O objetivo, entre outros, é integrar a educação profissional de nível médio e o ensino médio regular.

Falta mão-de-obra qualificada, sobram oportunidades de emprego

O país enfrenta a carência de profissionais de nível médio preparados para o mercado de trabalho. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou, durante os debates na Comissão de Educação, o caso do seu estado, onde dezenas de usinas de álcool estão sendo construídas, mas falta mão-de-obra qualificada.

Para o professor Cláudio Moura e Castro, especialista em educação e ex-consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as escolas técnicas funcionam quando são voltadas para a atividade econômica principal do local em que se localizam. Ele deu o exemplo do curso de Operação e Manutenção de Petróleo e Gás no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte. Lá, segundo ele, "só pensam em gás e em petróleo, e é uma excelente escola".

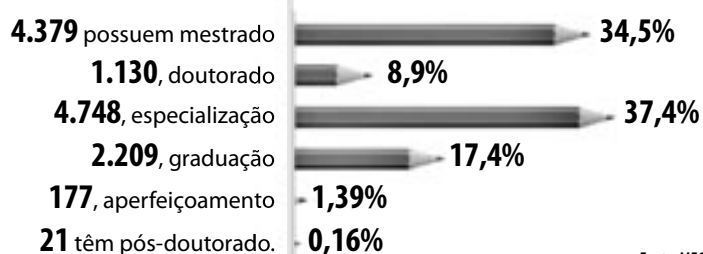
Conhecer as áreas mais carentes de profissionais garante o sucesso da escola técnica, segundo o presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Abib Salim Cury. "Não é simplesmente profissionalizar, é preciso saber em quê." Na mesma linha, o professor Cláudio Moura e Castro indaga: "Profissionalizar em quê? Cadê a pesquisa de mercado que diz que a vocação oferecida vai encontrar o mercado?"

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Sistema S, é uma das principais instituições, juntamente com as escolas técnicas federais, na formação de profissionais de nível médio. O diretor regional do Senai de São Paulo, Luiz Carlos de Souza, disse que a entidade se fundamenta em pesquisa para acompanhar o mercado de trabalho.

Rede federal de educação profissional

Total de escolas técnicas	179	Investimentos	R\$ 750 milhões
Vagas	173 mil	Custeio anual de cada escola	R\$ 3,3 milhões
Investimentos desde 2003	R\$ 75 milhões	Escolas até 2010	354 (em todos os estados do país)
em infra-estrutura, equipamentos e mobiliário		Vagas	500 mil
Escolas em obras	25 (fase I) e 50 (fase II do plano de expansão)	* As escolas oferecem cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação. As áreas variam de acordo com a realidade regional de cada escola.	

A rede conta com 12.664 professores. Destes:



História da Educação no Brasil

1997 – Morrem Darcy Ribeiro e Paulo Freire

1998 – Instituído o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que avalia os alunos para acesso à universidade

2000 – Brasil participa do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), que mede o desempenho de estudantes em Literatura, Matemática e Ciências

2001 – Governo Fernando Henrique cria o Programa Nacional de Renda Mínima, o Bolsa Escola, que dá a alunos da rede pública R\$ 15 mensais

2003 – Governo Lula cria o Programa Bolsa Família, que engloba o Bolsa Escola

2004 – Criado o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que avalia os cursos universitários, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes). A prova, por amostragem, é obrigatória para os alunos selecionados

2005 – Realiza-se a primeira Prova Brasil, que avalia em conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática os alunos de 4ª a 8ª série e complementa o Saeb – Senadores assinam pacto pela educação pública universal e de qualidade

2006 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) substitui o Fundef e beneficia a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. O fundo recebe 20% – e não mais 15% –, de uma cesta de impostos e transferências constitucionais a estados e municípios

JORNAL DO SENADO

Especial é uma publicação do Jornal do Senado Praça dos Três Poderes - Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - 70165-920 Brasília (DF) www.senado.gov.br/jornal / jornal@senado.gov.br Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich
Editor-chefe: Eduardo Leão

Redatores e Editores: Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Suelly Bastos, Sylvio Guedes, Thâmara Brasil

e Valter Gonçalves Jr.

Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo Lima e Sérgio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral

Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar